

Corte para Estados atinge 1% do PIB

Operação Desmonte vai cortar o repasse, em 89, de Cz\$ 700 bilhões para Estados e cidades

BRASÍLIA — O governo federal vai deixar de repassar para os Estados e municípios, em 1989, o equivalente a Cz\$ 700 bilhões, em valores de junho — 1% do Produto Interno Bruto (PIB) — por conta da Operação Desmonte, que transfere encargos financeiros de vários programas até agora custeados pela União, informou ontem o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu.

Abreu explicou que o governo terá de fazer ainda novos cortes em incentivos, subsídios, investimentos das empresas estatais e aumentar a receita tributária para conseguir alcançar a meta de um déficit de 2% do PIB no próximo ano. A Seplan trabalha hoje com a hipótese de a Operação Desmonte, mais os novos cortes, resultar numa economia de Cz\$ 1,0 trilhão.

Os telefones do presidente Sarney, nos palácios da Alvorada e do Planalto, não pararam de tocar ontem em função das pressões exercidas por quase todos os ministros, inconformados com os cortes em seus orçamentos para 1989, definidos pela Secretaria do Planejamento, e examinados no final de semana pelo presidente. Outros preferiram comparecer pessoalmente ao gabinete do presidente da República, para pedir reconsideração dos cortes, como

os ministros Paulo Brossard, da Justiça; Hugo Napoleão, da Educação; Borges da Silveira, da Saúde; José Reynaldo Tavares, dos Transportes; Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações; e Prisco Viana, da Habitação.

"CORTAR MAIS"

Literalmente de chapéu na mão, à saída do gabinete do presidente, no Palácio do Planalto, o ministro Paulo Brossard, ao comentar o clima de ontem no palácio, disse: "Isso aqui virou o muro das lamentações".

Indiferente a todo este clima, o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, manteve ontem dois encontros com o presidente Sarney, um pela manhã, no Palácio da Alvorada, outro à tarde, no Palácio do Planalto. Ao sair do último encontro garantiu não ter percebido nenhuma resistência aos cortes. "Estou achando tudo muito tranquilo. Se eu soubesse que seria assim, tão fácil, até teria cortado mais", brincou.

João Batista destacou ainda que os ministérios mais prejudicados neste processo de ajustamento das contas do governo foram exatamente aqueles que vão ter mais impostos transferidos para os Estados e municípios, conforme determina a nova Constituição. O presidente também manteve reuniões ontem com os "ministros da casa", Bayma Dennis, do Gabinete Militar; Ivan de Souza Mendes, do Serviço Nacional de Informações (SNI); Ronald Costa Couto, do Gabinete Civil, além do consultor geral da República, Saulo Ramos.



Protásio Nêne/AE

Abreu não percebe resistência: "Tudo muito tranquilo"